

<b>PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2025</b>	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2025 – REGISTRO DE PREÇOS</b>	
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM</b>	
<b>OBJETO:</b> A presente licitação tem por objeto registro de preços para aquisição de material de limpeza e higiene, para atender à demanda das diversas Secretarias do Município de Bambuí–MG, conforme descrito e especificado no Termo de Referência – anexo I, deste instrumento convocatório.	
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>  Do dia 08/04/2025 às 08:00h  até dia 28/04/2025 às 08:59h.	<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b>  Das 08:00h do dia 28/04/2025 até às  08:59h do dia 28/04/2025.
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b>  A partir das 09:00h do dia 28/04/2025.	<b>MODO DE DISPUTA:</b>  Aberto.
<b>SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO:</b>  www.licitanet.com.br	<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / PEDIDOS:</b>  Endereço: Praça Mozart Torres, nº 68, bairro Centro. Bambuí/MG – CEP: 38.900-000.  Setor de Licitações aos cuidados do (a) Pregoeiro (a). Telefone: (37) 3431-0900.  e-mail: licitacao@bambui.mg.gov.br.
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>  Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília–DF.	
<b>CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:</b>  Nos sites www.licitanet.com.br e www.bambui.mg.gov.br.	
<b>O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrirá a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).</b>	
<b>O valor estimado desta contratação será em caráter sigiloso, conforme art. 24 da Lei Federal n.º 14.133/21.</b>	

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2025**  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

O Município de Bambuí - MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que **às 09 horas do dia 28 de abril de 2025**, no portal eletrônico Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), será realizado procedimento de licitação n.º37/2025, **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, modo de disputa **Aberto**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Municipal n.º 3.246 de 09 de janeiro de 2024 e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, com exclusividade regional nos termos do Decreto Municipal 3.242/2024 que *“Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no âmbito do município de Bambuí e dá outras providências”*. O pregão será realizado pelo pregoeiro oficial, ou comissão, designados pela portaria n.º 4.084, de 02 de janeiro de 2025.

**JUSTIFICATIVA DE USO DO DECRETO MUNICIPAL 3.242/2024:**

Cabe aos Municípios entenderem o sentido literal do artigo 49, II, da LC 123/2006, que é de incentivar o primeiro setor no âmbito municipal a serem capazes de atender o objeto licitatório, movimentar a economia do município estabelecendo seu crescimento, a criação de empregos e o aumento da arrecadação, o que é o cerne o Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável. Outra grande vantagem é a facilidade para manutenção, caso necessário, e a redução no tempo das entregas, principalmente neste caso, que se trata de aquisição de itens de Material de Limpeza com entregas imediatas e em quantidades diversas sendo muitas vezes bem pequenas uma vez que os pedidos são feitos por cada secretaria separadamente e não como um todo.

**Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos do Município de Bambuí pelo**

**endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), selecionando as opções PROCESSOS > Buscar por > Órgão Público > Pesquisar “Bambuí” > BUSCAR.**

## **1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de material de limpeza e higiene, para atender à demanda das diversas Secretarias do Município de Bambuí–MG, conforme descrito e especificado no Termo de Referência – anexo I, deste instrumento convocatório.

1.2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Licitanet e as constantes deste edital, prevalecerão as constantes deste edital.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1.1 - Poderao participar dessa licitação para efeitos da Exclusividade de Regionalidade

2.1.1.1 - Para efeitos do Decreto n.º 3.242/2024, considera-se:

I - Local ou municipal: limite geográfico do Município de Bambuí/MG;

II - Regional:

- a) O âmbito dos municípios constituintes da mesorregião e/ou microrregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE;
- b) O âmbito dos municípios constituintes do Alto São Francisco;

2.2. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.2.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

2.2.2.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarão as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de nº 5.764/71, a Lei de nº 12.690/12, e a Lei Complementar de nº 130/09.

2.2.2.2. Apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

2.2.2.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

2.2.2.4. O objeto da licitação refere-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de nº 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.

2.4. Não poderão participar deste pregão os interessados que:

2.4.1. Se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

2.4.2. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.4.3. Sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

2.4.4. Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.4.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.4.5. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.5.1. A vedação do item anterior se estende para eventuais empresas subcontratadas.

2.4.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.5. O licitante interessado deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para a abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

2.6. É facultado ao licitante enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

2.7. O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado para cada item (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2.8. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

2.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está conforme as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.

2.10. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

2.11. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.12. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

2.13. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da

proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

2.14. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

2.15. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

2.16. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.17. A presente licitação está destinada exclusivamente para empresas que estejam na condição de ME, MEI e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123/06, exceto os itens 06, 08, 25, 112, 113, 114, 134, 135 e 139, que estão destinados à ampla concorrência.

### **3. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do Pregão Eletrônico, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até **o terceiro dia útil** que anteceder à data de realização do Pregão Eletrônico.

3.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a mesma no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

3.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

3.5. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico [licitacao@bambui.mg.gov.br](mailto:licitacao@bambui.mg.gov.br).

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas

no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitados ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

#### **4. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO**

4.1. A licitante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, **Licitanet(www.licitanet.com.br)**, sendo observado o seguinte:

- a) O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer pregão eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do Portal de Compras Públicas ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.2. O cadastro no sistema Licitanet deverá ser feito no sítio **www.licitanet.com.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.7. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I. Documento oficial de identidade;

II. Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP. **ANEXO VIII.**

4.8. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, tais como contrato social/alteração contratual e cópia do documento de identidade de quem recebe poderes.

4.9. O não envio ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão, para fins de apresentação de lances.

4.10. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.11. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.12. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.13. Declarado encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.

4.14. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

## **5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**



5.1. Após a publicação do edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- a) A etapa de que trata o item 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.
- b) O envio da proposta, nos termos do disposto no item 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- c) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- d) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- e) Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no item 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação das propostas de que trata o Capítulo XIV do Decreto Municipal 3.246/2024.
- f) Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.
- g) Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação no sistema pelo pregoeiro.
- h) Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- I) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

## **6. DA PROPOSTA COMERCIAL**

6.1. São requisitos da proposta de preço:

- a) Ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo, preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, número de fax da empresa licitante e dados bancários.
- b) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado;
- c) Ser elaborada, preferencialmente, nos moldes do **ANEXO III** deste edital;
- d) conter o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º da Lei n.º 8.666/93;
- e) conter prazo de entrega de 05 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo setor de compras/secretaria solicitante.

6.2. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes a prestação dos serviços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.3. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada do pregoeiro.

## **7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação no sistema Licitanet no prazo de 02 (duas) horas, contados da notificação via sistema.

### **7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
  - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
  - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das

alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações ainda não consolidadas.

- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

### **7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### **7.4. REGULARIDADE TÉCNICA:**

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento compatível com o objeto deste Pregão.

### **7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:**

a) Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.

a.1) No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente da certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação prevê expressamente a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.6. Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal **(Anexo IV)**;

7.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo **anexo VII** a este edital.

7.8. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que o licitante atende às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual, a sessão será suspensa.

7.10. O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.11. O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

7.12. As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação

expressa do licitante no chat do sistema Licitanet.

7.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.14. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou.
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- c) se o licitante for matriz e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de chave de acesso e senha.

- a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de chave de acesso e senha.
- b) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

## **9. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

9.1.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas.

9.2. O Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

## **10. MODOS DE DISPUTA**

10.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

I. Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações,

conforme o critério de julgamento adotado no edital;

10.1.1 No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

## 11. MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.1.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 11.1 e 11.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.1.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 11.1.1, o pregoeiro, poderá, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.2. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

11.3. O pregoeiro solicitará **ao licitante melhor classificado** que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

11.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

## 12. LANCES INTERMEDIÁRIOS

12.1 Serão considerados lances intermediários:

12.1.1. Iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance.

12.1.2. Iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

### **13. DESCONEXÃO DO SISTEMA DURANTE A ETAPA DE LANCES**

13.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

### **14. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

14.1. No julgamento e classificação das propostas será levado em consideração o CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

14.1.1 Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

14.1.2. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.2.1. A ME, MEI ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate.

14.1.2.2. Apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

14.2. Não sendo vencedora a ME, MEI ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, MEI e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, MEI e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

14.5. Será considerado vencedor o licitante que, ao final da disputa de lances, observar as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006, ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14.6. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta conforme as especificações deste edital, com o preço de mercado e que **OFERECER O MENOR PREÇO POR ITEM**.

14.7. Será desclassificada:

- a) a proposta que não atender às exigências deste edital;
- b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível.

14.8. Da sessão pública do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

14.9. A sessão pública não será suspensão, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação acerca do objeto ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

14.10. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 15. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá



encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

15.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.1.2. Os licitantes terão 02 (duas) horas, contados da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequadas ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 15.1.

## **16. JULGAMENTO DA PROPOSTA**

16.1. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 16.1, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 e no § 3º e 4º do art. 88 da Lei Federal 14.133/21 e do Decreto n.º Municipal n.º 3.246.

16.1.1. Para fins de verificação da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, será concedido o prazo de 03 (três) dias para que o participante vincule ao sistema eletrônico a documentação indicada no item 8 deste instrumento convocatório, considerando as disposições do inciso II, do art. 63 da Lei Federal 14.133/21.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

17.1. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação, ou a invalidação do processo.

17.2. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

17.3. O reconhecimento de firma será somente exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

17.4. Os atos serão preferencialmente digitais, para permitir que sejam produzidos,

comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

17.5. As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

17.5.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

17.5.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao pregoeiro.

17.5.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

17.5.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.6. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico; inexistindo esse prazo, considerar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

17.7. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

17.8. O pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

## **18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

18.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora, abrindo a seguir, prazo de 02 (duas) horas, para que as licitantes manifestem de forma imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico, a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do direito.

18.2. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

18.3. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

18.4. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que as demais Licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente.

18.5. É franqueada aos interessados, vista aos autos do processo, através do sistema Licitanet.

18.6. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentação das razões de recurso.

18.7. As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no sistema Licitanet.

18.8. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas ao pregoeiro, por meio eletrônico, no provedor do sistema Licitanet.

18.9. O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

18.10. A falta de apresentação de razões, mencionadas no subitem 19.5. importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

18.11. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.12. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no Diário Oficial do Município e sítio eletrônico oficial.

18.13. O recurso será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

18.14. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentados.

## **19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de prestadores de serviços a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de prestação de serviços nas condições estabelecidas.

19.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

19.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

19.4. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19.5. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

19.6. A Administração convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

19.7. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

19.8. Antes de receber o pedido de prestação dos serviços e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de

aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

19.9. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

19.10. Serão considerados preços de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para determinado item.

19.11. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados ou revogar a Ata de Registro de Preços, ou parte dela.

19.12. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial.

19.13. O órgão convocará o interessado para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços:

- a) Efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou
- b) assinar o contrato.

19.14. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

19.15. Será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação conforme a ordem de classificação.

## **20. DO FORNECIMENTO DO OBJETO**

20.1. O prazo de entrega do objeto é de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, no endereço constante na ordem de fornecimento, de segunda a sexta-feira em dias úteis, no horário de 08:00h às 11:00h, e de 12h30min às 17:00h, telefone para esclarecimentos (37) 3431 0902 ou e-mail [almoxarifado@bambui.mg.gov.br](mailto:almoxarifado@bambui.mg.gov.br);

20.2. A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser obrigatoriamente entregue na Secretaria Municipal solicitante.

## **21. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

21.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 85 da Lei 14.133/21.

21.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

### **21.3. QUALQUER ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE AUTORIZADA PELO MUNICÍPIO DE BAMBUÍ.**

21.4. É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela em que já tiver participação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto do edital.

## **22. DOS ENCARGOS**

### **22.1. Incumbe à CONTRATANTE:**

22.1.1. Fiscalizar os fornecimentos do objeto deste edital.

22.1.2. Fiscal do contrato será a funcionária nomeada Renata Camila Dias.

22.1.3. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, conforme Nota de Empenho;

### **22.2. Incumbe à CONTRATADA:**

22.2.1. Fornecer o objeto, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, conforme cláusula 23.1.

22.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do cumprimento do contrato.

## **23. DA EXECUÇÃO**

23.1.A Licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do material objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

23.2. A Prefeitura se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para a Administração.

## **24. DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

24.1. Os fornecimentos do objeto do presente edital, serão prestados pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

24.2. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias após a data em que foram prestados os serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços.

24.3. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

24.3.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

24.4. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.5. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade.

24.6. O preço registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos

serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação.

24.7. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do serviço prestado.

## **25. DAS PENALIDADES**

25.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/21 e art. 41 do Decreto Municipal n.º 3.246/24, quais sejam:

- I. Dar causa à inexecução parcial da ata;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total da ata;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata.
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII. Tumultuar a sessão pública da licitação.
- XIV. Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da



Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

XVI. Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência da ata;

XVII. Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência.

XVIII. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do **CONTRATANTE**.

XIX. Deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado.

XX. Manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital, ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI. Utilizar as dependências do **CONTRATANTE** para fins diversos do objeto do contrato.

XXII. Conseguir, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa.

XXIII. Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra.

XXIV. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração.

XXV. Deixar de repor funcionários faltosos.

XXVI. Deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados

dispensados até a data da extinção do contrato.

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

XXVIII. Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o torne impróprio para o fim a que se destina.

XXIX. Ofender agentes públicos no exercício de suas funções.

XXX. Induzir a administração em erro;

XXXI. Deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXII. Compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXIII. Impossibilitar a fiscalização pelo **CONTRATANTE** quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXIV. Apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento.

XXXV. Deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração.

XXXVI. Subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade.

XXXVII. Deixar de apresentar, no prazo do art. 96, §3º da Lei 14.133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia.

XXXVIII. Deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXXIX. Deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato.

XL. Deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em

relação aos contratos.

25.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência, que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

III. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital.

IV. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital.

VI. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXXIV e XXXV deste Edital.

VI. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL,

deste edital;

VII. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar, que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I. Por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II. Por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I. Por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II. Por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III. Por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

25.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto Municipal n.º 3.246/24.

## **26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

26.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária n.º:

02.01.01.04.122.0401.2007.3.3.90.30.00 F 63 F 1.500
02.05.20.12.361.2404.2869.3.3.90.30.00 F 93 F 1.540
02.05.90.12.361.1202.2042.3.3.90.30.00 F 210 F 1.500
02.05.50.12.365.2201.2050.3.3.90.30.00 F 164 F 1.500
02.05.50.12.365.2203.2055.3.3.90.30.00 F 173 F 1.500
02.05.50.12.361.0401.2036.3.3.90.30.00 F 137 F 1.500
02.05.50.12.364.1210.2620.3.3.90.30.00 F 154 F 1.500
02.06.40.27.122.0401.2066.3.3.90.30.00 F 264 F 1.500
02.07.40.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 F 313 F 1.500
02.09.20.10.122.0208.2730.3.3.90.30.00 F 383 F 1.500
02.09.60.10.301.0210.2736.3.3.90.30.00 F 417 F 1.500
02.09.91.10.304.0212.2757.3.3.90.30.00 F 470 F 1.500
02.13.06.04.122.0401.2017.3.3.90.30.00 F 544 F 1.500
02.15.01.08.122.0401.2111.3.3.90.30.00 F 609 F 1.500
02.15.01.08.243.3418.2798.3.3.90.30.00 F 622 F 1.500

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. Caso o adjudicatário não forneça o objeto do certame conforme a sua proposta ou se recuse a entregá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para prestação do serviço.

27.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, será somente analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

27.3. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em executar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação

assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

27.4. Na hipótese acima referida, será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

27.5. Constituem motivos para rescisão da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pelo art. 137 da Lei 14.133/21.

27.6. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após decorrido prazo para impugnação, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

27.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer, ou complementar a instrução do processo e a aferição do preço ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

27.8. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

27.9. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

27.10. O resultado que sobrevier ao procedimento licitatório será publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal.

27.11. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta ao pregoeiro na Prefeitura Municipal, por meio eletrônico, em formulário específico do provedor do sistema Licitanet. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (37) 3431-0900 ou através do E-mail: [licitação@bambui.mg.br](mailto:licitação@bambui.mg.br).

27.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro.

27.13. Fazem parte integrante deste Edital:

- **ANEXO I.** Termo de Referência;
- **ANEXO II.** Modelo de Credenciamento;
- **ANEXO III.** Planilha de Apresentação de Propostas;
- **ANEXO IV.** Modelo de Declaração que não emprega menor, art.7º, inciso XXXIII,

constituição Federal.

- **ANEXO V.** Minuta de Ata de Registro de Preços;
- **ANEXO VI.** Modelo de Declaração de Integralidade dos custos;
- **ANEXO VII.** Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social;
- **ANEXO VIII.** Modelo de Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP.
- **ANEXO IX.** Minuta de Contrato.

Prefeitura Municipal de Bambuí, 02 de abril de 2025.

**NEIDE APARECIDA SILVA**

Pregoeira

De acordo,

**DENER CUSTÓDIO DE TOLEDO**

Secretário Municipal de Administração

**FIRMINO JÚNIOR**

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DO OBJETO:** Registro de preços para aquisição de material de limpeza e higiene, para atender à demanda das diversas Secretarias do Município de Bambuí – MG, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	QUANT	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO DOS ITENS
1.	100	PCT	<b>Absorvente em Gel Tripla Proteção Seca com Abas:</b> Embalagem com 8 unidades.
2.	100	PCT	<b>Absorvente em Gel Tripla Proteção Seca Sem Abas:</b> Embalagem com 8 unidades.
3.	50	UND	<b>Acendedor de Fogão à Faísca:</b> Permite acender os queimadores à distância segura, sem gerar chama, apenas faísca. Indicado para aparelhos a gás como fogões, fornos, etc. Comprimento: 22 cm. Largura: 2 cm.
4.	600	UND	<b>Ácido Muriático:</b> Composição: Ácido clorídrico em meio aquoso (HCl + H <sub>2</sub> O). Princípio ativo: 10-5. Aspecto físico: Límpido, cor incolor. Aplicação: Limpeza de pisos. Características adicionais: Biodegradável. Embalagem: Frasco de 1 litro.
5.	01	UNID	<b>Açucareiro de Aço Inoxidável:</b> Capacidade: 450 ml. Com colher e tampa.
6.	25.000	UND	<b>Água Sanitária Alvejante:</b> Líquido transparente, cor levemente amarelada. Composição: Hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, carbonato de sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,25%. Produto à base de cloro,



			com registro no Ministério da Saúde. Embalagem plástica com 1.000 ml, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 5 meses. Tampa de rosca com bico dosador para maior economia no uso do produto.
7.	400	UND	<b>Álcool 92,8% Comum:</b> Embalagem com 1 litro.
8.	20.000	UND	<b>Álcool em Gel 70%:</b> Embalagem com 500 ml.
9.	5.000	UND	<b>Álcool Etílico 70%:</b> Embalagem com 1 litro.
10.	650	UND	<b>Álcool Etílico Absoluto 99,5%:</b> Embalagem com 1 litro.
11.	200	UND	<b>Amaciante de Roupa:</b> Embalagem: Galão de 2 litros.
12.	100	UND	<b>Aparelho de Barbear Descartável:</b> Com 32 lâminas.
13.	100	UND	<b>Aparelho de Barbear Descartável:</b> Com 3 lâminas e fita lubrificante.
14.	200	UND	<b>Avental de Plástico PVC:</b> Confeccionado em tecido 100% impermeável de textura macia e emborrachada na parte externa, revestimento interno com tecido ventilado, acabamento semibrilho. Tamanho: 1,50 x 0,65 cm.
15.	50	CAIXA	<b>Adoçante em Pó (Sucralose):</b> Embalagem com 100 envelopes de 800 mg cada.
16.	120	UND	<b>Bacia de Plástico Não Reciclada:</b> Resistente, capacidade para 9 litros.
17.	100	UND	<b>Bacia de Plástico Não Reciclada:</b> Resistente, capacidade para 10 litros.
18.	250	UND	<b>Balde de Plástico:</b> Cor: Preto, reforçado, com alça de metal, capacidade para 20 litros.
19.	80	UND	<b>Balde Reforçado de Plástico:</b> Capacidade para 12 litros.

20.	100	UND	<b>Bucha Vegetal para Banho Oval Atoalhada</b> Composição: bucha vegetal, espuma, viés de TNT, elástico, tecido atoalhado e linha de algodão. Dimensões: Comprimento: 14,5 cm   Largura: 11 cm. Disponível em diversas cores.
21.	20	UND	<b>Caixa Térmica com Tampa:</b> Composição: isopor. Capacidade: 15 litros.
22.	50	UND	<b>Caixa Térmica de 45 Litros:</b> Com termômetro de máxima e mínima acoplado à caixa para medição de temperatura de 50 a 70 graus Celsius. Com alça rígida escamoteável.
23.	50	UND	<b>Canecão Especial:</b> Cabo em baquelite preto. Alumínio N° 16. Capacidade: 2,70 litros.
24.	20	UND	<b>Capa para Máquina de Lavar Roupas 15 kg:</b> Composição: PVC em manta 100% e polipropileno flanelado. Material lavável.
25.	5.000	UND	<b>Cera Líquida Auto Brilho:</b> Aplicação: pisos cerâmicos, granitos, mármore e paviflex. Incolor. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Frasco de 750 ml. Dispersão estireno acrílica metalizada, resina fumárica, emulsão de polietileno, solvente, plastificante, coadjuvante 5, cloro, 2-metil-4-isotiazolin-3, atenuador de espuma, corantes, fragrância e água.
26.	2.500	UND	<b>Cera Líquida Incolor com Perfume:</b> Auto brilho para piso sintético, cerâmico e cimento. Composição: cera de polietileno, polifilm, metildigucol, surfactante

			iônico e não iônico, derivados de isotiazolinonas, igual ou superior à Poliflor ou Bravo. Embalagem com 750 ml.
27.	150	UND	<b>Cera Líquida Vermelha:</b> Embalagem com 750 ml.
28.	100	UND	<b>Cesto de Lixo em Material Plástico:</b> Embalagem para 30 litros.
29.	250	UND	<b>Cesto de Lixo Tipo Balde Polietileno 100 Litros com Tampa:</b> Medidas: 51 cm (diâmetro) x 69 cm (altura).
30.	200	UND	<b>Cesto de Lixo Tipo Balde Polietileno 30 Litros com Tampa:</b> Medidas: 35 cm (diâmetro) x 42 cm (altura).
31.	250	UND	<b>Cesto de Lixo Tipo Balde Polietileno 60 Litros com Tampa:</b> Medidas: 42 cm (diâmetro) x 61 cm (altura).
32.	50	UND	<b>Cesto para Lixo com Tampa Reciclável:</b> Capacidade para 100 litros.
33.	50	UND	Cesto Telado de Plástico 10 Litros para Lixo.
34.	50	UND	<b>Chupeta de Silicone Ortodôntica:</b> Tamanhos variados.
35.	80	UND	<b>Coador de Café de Pano Confeccionado em Algodão:</b> Medidas: comprimento de 30 cm, diâmetro da boca de 20 cm. O cabo deverá ser envolvido por uma proteção plástica. A armação deverá ser confeccionada em alumínio.
36.	80	UND	<b>Coador de Nylon para Café:</b> Com estrutura em metal. Tamanho N° 03.
37.	100	PCT	<b>Coador de Papel N° 103:</b> Com 30 unidades.
38.	100	UND	<b>Colher de Mesa para Sopa:</b> Em aço inox. Capacidade para 20 gramas.
39.	12	PCT	<b>Colher Descartável para Refeição:</b> Pacote com 50

			unidades.
40.	10	UND	<b>Colher Escumadeira:</b> Em aço inox. Dimensões aproximadas: 32 cm.
41.	15	UND	<b>Conjunto Evolução com 3 Mamadeiras:</b> Para bebês de 0 a 6 meses.
42.	20	UND	<b>Copo de Plástico:</b> Copo colorido, pode ir ao micro-ondas. Composição: polipropileno (PP). Dimensões aproximadas: Capacidade total: 270 ml. Diâmetro da boca: 75 mm. Diâmetro da base: 50 mm. Altura total: 105 mm.
43.	06	UND	<b>Copo de Treinamento Infantil:</b> Bico rígido com furos. Tampa rosqueável e removível. Capacidade aproximada de 207 ml.
44.	250	UND	<b>Copo de Vidro para Água Tipo Americano:</b> Capacidade para 190 ml.
45.	100	UND	<b>Copo de Vidro para Água Tipo Duplo Americano:</b> Capacidade para 300 ml.
46.	4.000	PCT	<b>Copo Descartável:</b> Capacidade para 200 ml. Pacote com 100 unidades.
47.	8.000	PCT	<b>Copo Descartável:</b> Capacidade para 300 ml. Pacote com 100 unidades.
48.	3.000	PCT	<b>Copo Descartável:</b> Capacidade para 50 ml. Pacote com 100 unidades.
49.	02	CONJ	<b>Conjunto de Colheres para Café:</b> Em aço inox. Com 06 peças.
50.	02	CONJ	<b>Conjunto de Colheres para Sobremesa:</b> Em aço inox. Com 06 peças.
51.	300	UND	<b>Creme Dental com Composição Básica e Flúor Ativo:</b> Embalagem com 90 gramas.

52.	50	UND	<b>Creme para Cabelo Tipo Condicionador:</b> Composição neutra. Aplicação para todos os tipos de cabelos. Embalagem de 1 kg.
53.	2.500	UND	<b>Desinfetante (Frasco de 2 Litros):</b> Aspecto físico: líquido. Aplicação: desinfetante e germicida. Composição aromática: lavanda. Embalagem de 2 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação: Procedência. Número do lote. Validade.
54.	2.500	UND	<b>Desinfetante:</b> Composição à base de fenóis sintéticos: o benzil P-clorofenol. Princípio ativo: orto-fenilfenol e p-terc-butilfenol. Forma física: solução aquosa concentrada e perfumada, com teores conforme o programa de análise do Inmetro. Embalagem em galão de 5 litros.
55.	150	UND	<b>Desodorante Antitranspirante em Creme:</b> Embalagem com 65 gramas.
56.	100	UND	<b>Desodorizador de Ambiente / Aromatizante de Ambiente Lavanda:</b> Tipo aerossol. Aplicação: uso geral. Características adicionais: biodegradável. Embalagem em frasco com 400 mililitros.
57.	8.000	UND	<b>Detergente Líquido Biodegradável:</b> Neutro, com glicerina (constando no rótulo). Embalagem com 500 ml.
58.	50	UND	<b>Dispenser para Copo d'Água Descartável em Alumínio:</b> Com capacidade para no mínimo 100 copos. Para fixação na parede.
59.	60	UND	<b>Dispenser para Copo d'Água Descartável em PVC:</b> Com capacidade para no mínimo 100 copos. Para fixação na parede.

60.	200	UND	<b>Escova de Material Sintético Multiuso para Lavar Roupas;</b> Base plástica.
61.	150	UND	<b>Escova para Vaso Sanitário com Cerdas Brancas de Nylon;</b> Cabo plástico.
62.	150	UND	<b>Esponja Abrasiva de Cozinha;</b> Medidas: 110 mm x 74 mm x 23 mm. Dupla face.
63.	1.000	UND	<b>Esponja de Lã de Aço Carbono 60g;</b> Pacote com 8 unidades. Formato retangular. Aplicação: limpeza geral. Textura macia e isenta de sinais de oxidação. Composição: lã de aço carbono.
64.	800	PCT	<b>Esponja Dupla Face com 4 Unidades por Pacote;</b> Multiuso para limpeza manual pesada. De um lado com fibra verde abrasiva e do outro lado esponja macia. Medidas mínimas: 100 mm x 70 mm x 180 mm. Identificação do produto: marca do fabricante, data da fabricação, número do lote. Embalagem com 4 unidades.
65.	400	UND	<b>Esponjas para Banho;</b> Em espuma macia. Medindo aproximadamente 15 cm de comprimento x 10 cm de largura.
66.	100	UND	<b>Filme de PVC Transparente;</b> Embalagem em rolo com 30 metros.
67.	1.500	UND	<b>Flanela Laranja 100% Algodão;</b> Tamanho: 30 x 40 cm. Para limpeza geral. Não mancha e não solta pelos. Com bainha.
68.	100	PCT	<b>Fralda Descartável Tamanho G;</b> Pacote com 72 unidades.
69.	100	PCT	<b>Fralda Descartável Tamanho M;</b> Pacote com 90 unidades.

70.	100	PCT	<b>Fralda Descartável Tamanho P:</b> Pacote com 96 unidades.
71.	350	UND	<b>Frasco Borrifador com Bico:</b> embalagem com 500 ml.
72.	100	UND	<b>Garfo de Mesa Todo em Aço Inox:</b> Garfo com dentes longos. Comprimento: 193 mm. Largura: 23 mm.
73.	900	PCT	<b>Garfo Descartável:</b> Pacote com 50 unidades.
74.	30	UND	<b>Garrafa de Corpo Plástico:</b> Fácil limpeza. Capacidade de 5 litros.
75.	100	UND	<b>Garrafa Térmica de Corpo de Plástico e Ampola de Vidro:</b> Fácil limpeza e garantia de temperatura. Capacidade de 1,8 litros.
76.	80	UND	<b>Garrafa Térmica de Corpo Plástico e Ampola de Vidro:</b> Fácil limpeza. Garantia de temperatura. Capacidade de 500 ml.
77.	150	UND	<b>Garrafa Térmica de Corpo Plástico e Ampola de Vidro:</b> Fácil limpeza. Garantia de temperatura. Capacidade de 1 litro.
78.	3.000	PCT	<b>Guardanapo de Papel:</b> Tamanho: 33 x 30 cm. Folha simples. Pacote com 50 unidades.
79.	100	UND	<b>Inseticida Contra Pernilongo.</b> Atóxico. Embalagem spray 300 ml.
80.	50	UND	<b>Jarra para Servir Bebidas:</b> Em vidro incolor. Capacidade de 1,5 litros.
81.	01	UNID	<b>Jarra de Vidro Borossilicato com Alça:</b> Tampa hermética removível em silicone e aço inoxidável. Capacidade de 1,3 litros.
82.	02	JOGO	<b>Jogo de Copos Long Drink:</b> 6 peças. Capacidade de 480 ml. Incolor.

83.	02	JOGO	<b>Jogo de Pratos Sobremesa:</b> Tamanho: 21 cm. Oxford Coup White. om 06 peças.
84.	02	JOGO	<b>Jogo de Pratos Rasos:</b> Tamanho: 28 cm. Oxford Coup White. Com 06 peças.
85.	01	JOGO	<b>Jogo de Xícaras e Pires para Chá:</b> Cottage Germer Branco. Capacidade de 200 ml. Com 12 peças.
86.	01	JOGO	<b>Jogo de Garfo, Faca e Colher Inox:</b> 36 peças. Restaurante Buffet.
87.	01	KIT	<b>Kit de 06 Toalhas de Rosto:</b> Branca, macia, felpuda.
88.	80	UND	<b>Lenço Umedecido:</b> Balde com 450 unidades. Suavemente perfumado. Não contém álcool. Dimensões aproximadas da toalha: 19 x 11 cm.
89.	1.000	UND	<b>Limpa Alumínio:</b> Composto de tensoativo aniônico, ácido clorídrico e fluorídrico, espessante, pigmentos e veículo aquoso. Embalagem de 500 ml.
90.	90	UND	<b>Limpa Azulejo:</b> Limpeza profunda. Embalagem com 01 litro.
91.	300	UND	<b>Limpa Forno:</b> Forno multiuso aerossol (spray), 400 ml. Para limpeza de fornos, coifas, grills, espetos, louças e demais utensílios de cozinha.
92.	100	UND	<b>Limpa Vidro:</b> Embalagem com 500 ml.
93.	1.500	UND	<b>Limpador Multiuso Doméstico:</b> Líquido composto por linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, perfume e água. Embalagem com 500 ml.
94.	480	UND	<b>Limpador para Piso Laminado:</b> Limpador com brilho, pronto para uso. Embalagem de 500 a 750 ml. <b>Detergente Limpa Piso Laminado:</b> Composto por tensoativos aniônicos, água, formaldeído,



			alcalinizantes, surfactante, emulsão de ceras, perfume e corante. BInformação adicional: diluível em água, para todos os tipos de pisos. Facilita a remoção do pó. Composição: veículo alcalinizante, ácido dodecibenzeno sulfônico, fragrância, plastificante, agentes formadores de filme, emulsificantes não iônicos, conservantes e corantes.
95.	60	UND	<b>Lixeira com Tampa Basculante:</b> Capacidade de 10 litros.
96.	150	UND	<b>Lixeira com Tampa Basculante:</b> Capacidade de 20 litros.
97.	90	UND	<b>Lustra Móvel com Aroma de Lavanda:</b> Composição: cera, óleo mineral, solvente, silicone, emulsificante, espessante, alcalinizante, conservantes, fragrância e água. Embalagem com 200 ml.
98.	350	PAR	<b>Luvas para Limpeza:</b> Composição: borracha de látex natural com revestimento interno, reforçadas, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno, em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Par.
99.	350	PAR	<b>Luvas para Limpeza:</b> Composição: borracha de látex natural com revestimento interno, reforçadas, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio, em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Par.
100.	700	PAR	<b>Luvas para Limpeza:</b> Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçadas, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande, em conformidade com as normas da ABNT NBR

			13.393. Par.
101.	400	CAIXA	<b>Luvas de Látex:</b> Composição: borracha de látex natural. Embalagem em caixa com 100 unidades.
102.	200	PCT	<b>Naftalina:</b> Aplicação: repelir insetos. Aspecto físico: bolinhas brancas. Unidade de fornecimento: 01 pacote com 50 g.
103.	300	UND	<b>Pá de Lixo em Metal Galvanizado:</b> Com cabo longo de madeira, medindo aproximadamente 22 cm x 24 cm. Cabo de madeira de 65 a 80 cm.
104.	400	UND	<b>Pá de Lixo em Plástico:</b> Medidas: 25 x 22 x 9 cm. Cabo de madeira revestido com comprimento de 90 cm.
105.	300	UND	<b>Pá para Coleta de Lixo com Cabo de Madeira:</b> Medidas aproximadas: 24 cm x 16 cm x 7 cm.
106.	250	UND	<b>Pá para Lixo Plástico com Cabo Curto:</b> Medindo: 29 x 22 x 6,4 cm.
107.	50	PCT	<b>Palheta Plástica para Mexer Café:</b> Descartável. Pacote com 500 unidades.
108.	1.100	UND	<b>Pano de Chão em Algodão:</b> Tipo saco, alvejado, especial para limpeza. Dimensão mínima: 60 x 80 cm, para rodo de 60 cm.
109.	900	UND	<b>Pano de Chão em Algodão:</b> Lavado, alvejado e isento de detritos. Tamanho: 50 cm x 70 cm (aproximado), com tolerância nas medidas de 5 cm.
110.	900	UND	<b>Pano de Limpeza Multiuso:</b> Cores: azul ou rosa. Mínimo de 60 cm x 33 cm, com embalagem contendo 5 unidades. Com número de lote e identificação do fabricante. Composição: 100% fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático. Medida: 60

			cm x 33 cm.
111.	600	UND	<b>Pano de Prato:</b> Material: algodão. Comprimento: 80 cm. Largura: 45 cm. Cor: branca.
112.	4.000	PCT	<b>Papel Higiênico Folha Dupla Picotada:</b> Pacote com 6 rolos de 60 m x 0,10 cm. Papel celulose virgem com relevo. Macio, na cor branca. Identificação do produto: marca do fabricante, data de fabricação e validade na embalagem.
113.	3.000	PCT	<b>Papel Higiênico Folhas Simples Picotadas:</b> Pacote com 12 rolos de 100 m x 0,10 cm. Papel celulose virgem com relevo. Macio, na cor branca. Identificação do produto: marca do fabricante, data de fabricação e validade na embalagem.
114.	5.000	PCT	<b>Papel Toalha Interfolha:</b> 2 dobras. Pacote com 800 folhas.
115.	1.500	PCT	<b>Papel Toalha Multiuso:</b> Pacote com 2 rolos, cada um com 60 toalhas de 19 cm x 22 cm.
116.	60	UND	<b>Peneira de Cozinha:</b> Material: plástico. Diâmetro: 20 cm. Cabo, aro e tela de plástico.
117.	50	UND	<b>Pente de Cabelo:</b> Material: plástico. Modelo com cabo. Finalidade: alisar fios. Dimensões: 21 x 2,70 cm.
118.	30	UND	<b>Pote para Armazenamento de Mantimentos Retangular:</b> Capacidade: 3.600 ml. Material: polipropileno. Pode ser levado ao micro-ondas. Com tampa.
119.	50	PCT	<b>Pote Plástico para Armazenamento de Mantimentos:</b> Jogo com 5 peças: Pote de 14 cm: 2,4 litros; Pote de 15,5 cm: 3,2 litros; Pote de 17 cm: 4,2 litros; Pote de 18,5 cm: 5,4 litros; Pote de 20 cm: 6,7 litros

120.	01	UNID	<b>Porta Guardanapos:</b> Material: cromado, aço carbono. Com peso. Dimensões: 14 cm (p) x 14 cm (l) x 6,5 cm (a).
121.	01	UNID	<b>Porta Sachês:</b> Com 3 divisórias para açúcar, adoçante e mexedor. Material: acrílico resistente e transparente. Dimensões: 15 cm (l) x 8 cm (p) x 5,5 cm (a).
122.	150	PCT	<b>Prato Descartável de Plástico:</b> Diâmetro: 21 cm. Pacote com 10 unidades.
123.	120	UND	<b>Prato Fundo:</b> Material: vidro temperado, linha de mesa. Altura mínima: 3,2 cm. Diâmetro mínimo: 22 cm.
124.	100	PCT	<b>Prendedor de Roupa Sintético:</b> Pacote com 12 unidades.
125.	200	UND	<b>Protetor Solar:</b> FPS UVA/UVB 30. Forma farmacêutica: loção cremosa. Testado dermatologicamente, livre de PABA (Ácido Para-amino-benzoico), óleo, álcool. Hipoalergênico, não comedogênico. Forma de apresentação: frasco/bisnaga de no mínimo 200 ml. Tópico, resistente à água.
126.	05	UND	<b>Ralo de Pia:</b> Material: aço inoxidável. Com tela na parte inferior. Dimensões aproximadas (D): 9 cm.
127.	05	UND	<b>Rodo de Pia:</b> Material: polipropileno e EVA. Dimensões aproximadas: (A) 18,5 cm x (L) 13,5 cm.
128.	800	UND	<b>Rodo Duplo:</b> Comprimento: 40 cm. 2 borrachas plásticas. Com cabo.
129.	200	UND	<b>Rodo Grande:</b> Comprimento: 60 cm. 2 borrachas plásticas. Com cabo.
130.	80	UND	<b>Rodo Grande com Cabo:</b> Dimensões: 1,30 m x 0,80 m. Borracha dupla.

131.	50	CAIXA	<b>Sachê de Açúcar:</b> Caixa com 400 envelopes de 2 g cada.
132.	500	PCT	<b>Sabão em Barra Glicerinado:</b> Neutro. Embalado em sacos plásticos com 5 unidades de 200 gramas cada.
133.	2.500	UND	<b>Sabão em Pó:</b> Composição: tensoativo aniônico, tamponante, coadjuvantes, branqueador óptico, sinergista, corante, essência, carga de água contendo sulfonato de sódio. Embalagem: 800 gramas.
134.	5.000	UND	<b>Sabonete Líquido Concentrado Neutro:</b> pH entre 6,5 e 7,5. Com agentes hidratantes e erva-doce. Embalagem: 800 ml.
135.	5.000	UND	<b>Sabonete Líquido Glicerinado:</b> Uso infantil. Fórmula suave com cocoamidopropil betaina, glicerina, EDTA, água deionizada sem álcool, pH neutro, hipoalergênico. Dermatologicamente testado. Embalagem: 120 ml.
136.	300	UND	<b>Sabonete em Barra Suave:</b> pH entre 5,5 e 8,5. Comum para higiene corporal. Peso: 90 gramas.
137.	100	UND	<b>Saboneteira em Plástico ABS:</b> Com reservatório. Capacidade: 500 ml. Para sabão líquido.
138.	50	PCT	<b>Saco de Pipoca Branco:</b> Pequeno. Dimensões: 13,5 cm x 8 cm. Pacote com 50 unidades.
139.	12.000	PCT	<b>Saco para Lixo 100 Litros:</b> Capacidade: 100 litros / 20 kg. Embalagem com 5 unidades. Cor: preto. Dimensões: 75 cm x 105 cm. Composto por material 100% reciclável e reforçado, de 8 a 10 micras. Produzido conforme norma NBR 9191 ABNT.
140.	600	PCT	<b>Saco para Lixo 50 Litros:</b> Capacidade: 50 litros / 10 kg. Embalagem com 10 unidades. Cor: preto.

			Dimensões: 63 cm x 80 cm. Composto por material 100% reciclável e reforçado. Produzido conforme norma NBR 9191 ABNT.
141.	1.000	PCT	<b>Saco para Lixo Branco Leitoso 08 Micras:</b> Capacidade: 15 litros. Pacote com 100 unidades. De acordo com as normas ABNT NBR 9191.
142.	900	PCT	<b>Saco para Lixo 30 Litros:</b> Capacidade: 30 litros / 6 kg. Embalagem com 10 unidades. Cor: preto. Dimensões: 59 cm x 62 cm. Composto por material 100% reciclável e reforçado. Produzido conforme norma NBR 9191 ABNT.
143.	500	PCT	<b>Saco para Lixo 15 Litros:</b> Capacidade: 15 litros / 3 kg. Embalagem com 20 unidades. Cor: preto. Dimensões: 39 cm x 58 cm. Composto por material 100% reciclável e reforçado. Produzido conforme norma NBR 9191 ABNT.
144.	100	PCT	<b>Saco Plástico Transparente:</b> Bobina com 500 sacos. Capacidade: 2 kg cada. Tamanho aproximado: 20 cm x 35 cm.
145.	100	PCT	<b>Saco Plástico Transparente:</b> Bobina com 500 unidades. Capacidade: 5 litros.
146.	80	PCT	<b>Saquinho Plástico para Cachorro Quente:</b> Pacote com 50 unidades.
147.	90	UND	<b>Suporte de Plástico para Coador de Café Nº 03.</b>
148.	24	UND	<b>Tapete Feito em Algodão:</b> Lavável. Dimensões aproximadas: (C) 50 cm x (L) 40 cm.
149.	100	UND	<b>Tapete para Porta:</b> Em vinil. Dimensões: 90 cm x 60 cm, com borda rebaixada.
150.	150	UND	<b>Toalha de Mão:</b> Cores variadas. Composição: 100%

			algodão. Dimensões aproximadas: (L) 23 cm x (C) 36 cm x (A) 30 cm.
151.	50	UND	<b>Toalha de Mesa Retangular:</b> Tecido Oxford, cor branca. Medidas: 2,80 m x 1,60 m. Acabamento com bainha em overlock.
152.	100	UND	<b>Toalha de Rosto Atoalhada:</b> Dimensões: 80 cm x 45 cm.
153.	400	PCT	<b>Touca Descartável para Cozinha:</b> Pacote com 100 unidades.
154.	80	UND	<b>Válvula para Gás com Mangueira:</b> Comprimento da mangueira: 1 metro. Com selo do INMETRO.
155.	650	UND	<b>Vassoura Escova com Cepa Plástica:</b> Com cabo rosqueável de madeira revestido em plástico, com 1,2 m. Para limpeza pesada, cerdas rígidas.
156.	580	UND	<b>Vassoura com Cerdas Piacava:</b> Material do cabo: madeira. Material da cepa: madeira. Comprimento da cepa: 40 cm. Comprimento mínimo das cerdas: 9 cm.
157.	100	UND	<b>Vassoura de Pêlo Sintético:</b> Dimensões: 30 cm. Com cabo de 120 cm.
158.	50	UNID	<b>Xícara com Pires para Chá:</b> Capacidade: 200 ml. Cor: incolor.
159.	30	UNID	<b>Saco de Amostra Esterilizado para Coleta de Alimentos:</b> Pacote com 1000 unidades.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição desses itens se faz necessário para suprir as necessidades de todas as Secretarias do Município.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Praça Mozart Torres, 68 | Centro | CEP 38.900-000 | Bambuí | MG.

(37) 3431-0900  
[licitação@bambui.mg.gov.br](mailto:licitação@bambui.mg.gov.br)  
 @prefeituradebambui  
[www.bambui.mg.gov.br](http://www.bambui.mg.gov.br)

3.1. O fornecimento do objeto, conforme quantidades e descrições acima são para atender às necessidades de todas as Secretarias do Município.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Conforme Documento de Formalização de Demanda, além dos requisitos constantes neste termo de referência.

4.1.1. O prazo para fornecimento é de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, no endereço constante na ordem de fornecimento.

4.1.2. A conclusão do objeto é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado para o carregamento do material, quando necessário.

4.1.3. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) apresentar toda a documentação necessária à habilitação.

#### **5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na definição de materiais caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

#### **6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

6.1. O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público.

#### **7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas dotações orçamentárias n.º:

02.01.01.04.122.0401.2007.3.3.90.30.00 F 63 F 1.500
02.05.20.12.361.2404.2869.3.3.90.30.00 F 93 F 1.540
02.05.90.12.361.1202.2042.3.3.90.30.00 F 210 F 1.500
02.05.50.12.365.2201.2050.3.3.90.30.00 F 164 F 1.500



02.05.50.12.365.2203.2055.3.3.90.30.00 F 173 F 1.500
02.05.50.12.361.0401.2036.3.3.90.30.00 F 137 F 1.500
02.05.50.12.364.1210.2620.3.3.90.30.00 F 154 F 1.500
02.06.40.27.122.0401.2066.3.3.90.30.00 F 264 F 1.500
02.07.40.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 F 313 F 1.500
02.09.20.10.122.0208.2730.3.3.90.30.00 F 383 F 1.500
02.09.60.10.301.0210.2736.3.3.90.30.00 F 417 F 1.500
02.09.91.10.304.0212.2757.3.3.90.30.00 F 470 F 1.500
02.13.06.04.122.0401.2017.3.3.90.30.00 F 544 F 1.500
02.15.01.08.122.0401.2111.3.3.90.30.00 F 609 F 1.500
02.15.01.08.243.3418.2798.3.3.90.30.00 F 622 F 1.500

**8. SECRETARIA SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Administração.

**DENER CUSTÓDIO DE TOLEDO**

Secretário Municipal de Administração

**ANEXO II**  
**AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º ----/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º -----/2025**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF nº ....., a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ....., na modalidade Pregão Eletrônico, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., CNPJ nº ....., bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

....., ..... de ..... de 2025.

Assinatura do diretor da Empresa.  
(Reconhecer firma como pessoa jurídica)

**QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:**

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.

Praça Mozart Torres, 68 | Centro | CEP 38.900-000 | Bambuí | MG.

3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**ANEXO III**  
**AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º ----/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º ----/2025.**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso):

(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes à prestação dos serviços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite prevista para entrega das propostas.

O prazo máximo de fornecimento do objeto é de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: .....

CNPJ: .....

Inscrição Estadual: .....

Praça Mozart Torres, 68 | Centro | CEP 38.900-000 | Bambuí | MG.

(37) 3431-0900  
[licitação@bambui.mg.gov.br](mailto:licitação@bambui.mg.gov.br)  
[@prefeituradebambui](mailto:@prefeituradebambui)  
[www.bambui.mg.gov.br](http://www.bambui.mg.gov.br)

Inscrição Municipal: .....

Endereço: .....

CEP: .....

Telefone: ( ) .....

E-mail: .....

**INFORMAÇÕES DA FORMA DE PAGAMENTO:**

Banco: .....

Agência: .....

Contato Corrente: .....

**INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO CONTRATUAL:**

Nome do Signatário: .....

Nacionalidade: .....

Naturalidade: .....

Estado Civil: .....

Cargo: .....

Residente e Domiciliado: .....

CPF: .....

Carteira de Identidade: .....

Órgão Expedidor: .....

....., ..... de ..... de 2025.

---

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: .....

Nº Cédula de Identidade: .....

**ANEXO IV**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º ----/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º ----/2025.**

**EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21 acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)

.....

(representante legal)

**ANEXO V**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2025.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º \_\_\_\_/2025.**

**VALIDADE: 12 meses, permitida a prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei 14.133/21).**

Aos ..... (.....) dias do mês de ..... de ....., na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Mozart Torres, n.º 68, bairro Centro, nesta cidade, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Sr. FIRMINO G. O. JÚNIOR**, nos termos do art. 82 da Lei Federal 14.133/21, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no pregão para registro de preços n.º ----/2025, critério de julgamento menor preço, por deliberação do pregoeiro oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme Processo Licitatório n.º ----/2025, RESOLVE registrar os preços para os serviços constantes nos anexos desta ata, beneficiário ....., localizado na rua ....., n.º ....., no bairro ....., na cidade de ....., estado de ....., cujo CNPJ é ....., neste ato representado por ....., portador do CPF sob o n.º ....., e mediante as condições abaixo:

**01. DO OBJETO:** Registro de preços para aquisição de material de limpeza e higiene, para atender à demanda das diversas Secretarias do Município de Bambuí–MG, conforme descrito e especificado abaixo:

ITEM	UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

--	--	--	--	--	--

## **02. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**I.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, permitida a prorrogação por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/21.

**II.** Nos termos do art. 83 da Lei Federal 14.133/21, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a adquirir os serviços nela registrados.

**III.** Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal 14.133/21, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

## **03. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**I.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

## **04. DO PREÇO**

**II.** Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão n.º----/2025, que integra o presente instrumento de compromisso.

**III.** Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão n.º -----/2025, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

## **05. DO PAGAMENTO**

**I.** Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta-corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 10 (dez) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.



- II. A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo I – Termo de referência;
- III. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo I. Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.
- IV. O **CONTRATANTE** pagará ao contratado, a importância devida, mensalmente, em até 10 (dez) dias, contados da data em que ocorrer a liquidação da despesa, em moeda corrente nacional
- V. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- VI. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os.
- VII. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VIII. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade.
- IX. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento, de modo a constituírem a única e total contraprestação.
- X. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.
- XI. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

**onde:**

**EM** = Encargos moratórios;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

**30**

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

## **06. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**I.** As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

**II.** Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**III.** Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

**IV.** O prazo de entrega do objeto é de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, no endereço constante na ordem de fornecimento, de segunda a sexta-feira em dias úteis, no horário de 08:00 às 11:00, e de 12h30min às 17:00, telefone para esclarecimentos (37) 3431 0902 ou e-mail [almoxarifado@bambui.mg.gov.br](mailto:almoxarifado@bambui.mg.gov.br);

**V.** Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou da nota fiscal fatura, conforme o caso.

**VI.** A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**VII.** A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

**VIII.** As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo e supressão de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

**IX.** Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei n.º 12.440 de 07.07.2011.

**X.** Manter, durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

**XI.** Fiscal do contrato será a funcionária nomeada Renata Camila Dias.

## **07 - DAS PENALIDADES**

7.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, e art. 41 do Decreto de n.º 3.246/2024, quais sejam:

I. Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;

II. Dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do Ata de registro de preços;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- XIII. Tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV. Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI. Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo da Ata;
- XVII. Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência.
- XVIII. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do **CONTRATANTE**.
- XIX. Deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado.
- XX. Manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital, ou do contrato, durante a execução do objeto;
- XXI. Utilizar as dependências do **CONTRATANTE** para fins diversos do objeto da Ata;
- XXII. Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa.
- XXIII. Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra.
- XXIV. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração.
- XXV. Deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI. Deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII. Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o torne impróprio para o fim a que se destina.

XXIX. Ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX. Induzir a administração em erro;

XXXI. Deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII. Compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXIII. Impossibilitar a fiscalização pelo **CONTRATANTE** quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV. Apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV. Deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela

administração;

XXXVI. Subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII. Deixar de apresentar, no prazo do art. 96, §3º da Lei 14.133/21, garantia pelo contratado, quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII. Deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXXIX. Deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL. deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência, que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) de multa, ao infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital.

IV. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital.

V. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar, que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I. Por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixe de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II. Por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) dê causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebre o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraude o certame ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

c) dê causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I. por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II. Por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III. Por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

7.3. Na aplicação das sanções será observado o Decreto n.º 3.246 de 09 de janeiro de 2024.

7.4. Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA ATA**

**I.** Comunicar ao **Município**, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo **Município**;

**II.** Acatar as orientações do Município, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**III.** Responder por danos causados diretamente ao Município e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

**IV.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços. A inadimplência da Empresa detentora da Ata, referente a esses encargos, não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento.

**V.** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração



de estimativa de custos que redundem em aumento de despesas para o Município;

**VI.** Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da Município, sob pena de rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços;

## **9 . DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**I.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

**Pela Administração, quando:**

- a. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b. A detentora não retirar qualquer Ordem de fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c. A detentora der causa à rescisão administrativa da ARP decorrente de registro de preços;
- d. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ARP decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- F. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- G. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.
- H. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

**Pelas detentoras, quando:**

- A.** Mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 117, § 2º, I a IV da Lei 14.133/21.
- B.** A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceites as razões do pedido.

## **10. DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO**

**I.** As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

## **11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes desta ARP correrão à conta da dotação orçamentária nº:

02.01.01.04.122.0401.2007.3.3.90.30.00 F 63 F 1.500
02.05.20.12.361.2404.2869.3.3.90.30.00 F 93 F 1.540
02.05.90.12.361.1202.2042.3.3.90.30.00 F 210 F 1.500
02.05.50.12.365.2201.2050.3.3.90.30.00 F 164 F 1.500
02.05.50.12.365.2203.2055.3.3.90.30.00 F 173 F 1.500
02.05.50.12.361.0401.2036.3.3.90.30.00 F 137 F 1.500
02.05.50.12.364.1210.2620.3.3.90.30.00 F 154 F 1.500
02.06.40.27.122.0401.2066.3.3.90.30.00 F 264 F 1.500
02.07.40.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 F 313 F 1.500
02.09.20.10.122.0208.2730.3.3.90.30.00 F 383 F 1.500
02.09.60.10.301.0210.2736.3.3.90.30.00 F 417 F 1.500
02.09.91.10.304.0212.2757.3.3.90.30.00 F 470 F 1.500
02.13.06.04.122.0401.2017.3.3.90.30.00 F 544 F 1.500
02.15.01.08.122.0401.2111.3.3.90.30.00 F 609 F 1.500
02.15.01.08.243.3418.2798.3.3.90.30.00 F 622 F 1.500

## **12- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o edital do pregão n.º06/2025 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Bambuí–MG para dirimir quaisquer questões

Praça Mozart Torres, 68 | Centro | CEP 38.900-000 | Bambuí | MG.

(37) 3431-0900  
[licitação@bambui.mg.gov.br](mailto:licitação@bambui.mg.gov.br)  
@prefeituradebambui  
[www.bambui.mg.gov.br](http://www.bambui.mg.gov.br)

decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal 14.133/21 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Prefeitura Municipal de Bambuí-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

---

Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

---

Empresa  
**CONTRATADA**

## ANEXO VI

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º ---/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º ----/2025.**

### DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º ....., DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

## ANEXO VII

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º ----/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º ---/2025.**

### **DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º ....., DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....

(data)

.....

(representante legal)

## ANEXO VIII

**AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º ----/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º -----/2025.**

### **DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP**

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., DECLARA para todos os efeitos legais, que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

## ANEXO IX

**AO PROCESSO LICITATÓRIO N° \_\_\_\_/\_\_\_\_,**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

### MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE BAMBUÍ/MG**, CNPJ n.º....., com sede na....., a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. \_\_\_\_\_; e a \_\_\_\_\_, CNPJ n.º....., com sede na..... a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente contrato para serviços de \_\_\_\_\_, como especificado no seu objeto, conforme o Processo Licitatório n.º...../....., na modalidade Pregão Eletrônico n.º -----/2025, sob a regência da Lei Federal de n.º 14.133/21e Decreto Municipal n.º 3.246/24, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de limpeza e higiene, para atender à demanda das diversas Secretarias do Município de Bambuí–MG, conforme abaixo especificado:

ITEM	UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
01				

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. O **CONTRATANTE** pagará ao contratado o valor de R\$\_\_\_\_\_.
- 2.2. O valor a ser pago será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.
- 2.3. O pagamento será realizado mensalmente, até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte

Praça Mozart Torres, 68 | Centro | CEP 38.900-000 | Bambuí | MG.

(37) 3431-0900  
[licitação@bambui.mg.gov.br](mailto:licitação@bambui.mg.gov.br)  
[@prefeituradebambui](mailto:@prefeituradebambui)  
[www.bambui.mg.gov.br](http://www.bambui.mg.gov.br)

àquele em que foi efetuado o fornecimento, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.

2.4. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.4.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.5. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.6. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.7 O preço referido no item 2.1, inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do produto, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

2.8 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.9 O Município poderá sustar o pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.10 Os pagamentos efetuados à **CONTRATADA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.



2.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

**onde:**

**EM** = Encargos moratórios;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

**30**

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

3.1 Observado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que o substitua por força de determinação governamental, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste. A aplicação do índice dará-se-á conforme a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

4.1. Os produtos serão entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Bambuí–MG, situado na Praça Mozart Torres, 68, Centro, nesta cidade, mediante apresentação de requisição emitida pelo setor de compras.

4.2. Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso, em outro local.

4.3. O recebimento dos produtos, será efetuado pelo fiscal do contrato de cada secretaria solicitante, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

4.4. O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será o Almoxarifado da Prefeitura, observados os artigos 117 e seguintes da Lei 14.133/21.

4.5. Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. São obrigações das partes:

### **I – DO CONTRATANTE:**

- a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de Administração, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos produtos.
- b) Expedir, através da Secretaria Municipal de Administração, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;
- d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

### **II – DA CONTRATADA:**

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do

fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura sejam criadas e exigidas pelo Governo.

b) Promover o fornecimento conforme descrito no termo de referência, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

d) Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

f) Manter, durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

g) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei n.º 12.440 de 07.07.2011.

h) É vedada subcontratação de pessoas física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas adequações orçamentárias n.º:

02.01.01.04.122.0401.2007.3.3.90.30.00 F 63 F 1.500
02.05.20.12.361.2404.2869.3.3.90.30.00 F 93 F 1.540

02.05.90.12.361.1202.2042.3.3.90.30.00 F 210 F 1.500
02.05.50.12.365.2201.2050.3.3.90.30.00 F 164 F 1.500
02.05.50.12.365.2203.2055.3.3.90.30.00 F 173 F 1.500
02.05.50.12.361.0401.2036.3.3.90.30.00 F 137 F 1.500
02.05.50.12.364.1210.2620.3.3.90.30.00 F 154 F 1.500
02.06.40.27.122.0401.2066.3.3.90.30.00 F 264 F 1.500
02.07.40.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 F 313 F 1.500
02.09.20.10.122.0208.2730.3.3.90.30.00 F 383 F 1.500
02.09.60.10.301.0210.2736.3.3.90.30.00 F 417 F 1.500
02.09.91.10.304.0212.2757.3.3.90.30.00 F 470 F 1.500
02.13.06.04.122.0401.2017.3.3.90.30.00 F 544 F 1.500
02.15.01.08.122.0401.2111.3.3.90.30.00 F 609 F 1.500
02.15.01.08.243.3418.2798.3.3.90.30.00 F 622 F 1.500

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste contrato será até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, contado da data de sua assinatura.

7.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO

8.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

8.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra

com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

## **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, e art. 41 do Decreto Municipal de n.º 3.246/24, quais sejam:

- I. Dar causa à inexecução parcial da ata;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- III. Dar causa à inexecução total da ata;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata.
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII. Tumultuar a sessão pública da licitação.
- XIV. Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

- XVI. Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência da ata;
- XVII. Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência.
- XVIII. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do **CONTRATANTE**.
- XIX. Deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado.
- XX. Manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital, ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI. Utilizar as dependências do **CONTRATANTE** para fins diversos do objeto do contrato.
- XXII. Conseguir, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa.
- XXIII. Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra.
- XXIV. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração.
- XXV. Deixar de repor funcionários faltosos.
- XXVI. Deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
- a) registro de ponto;
  - b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
  - c) comprovante de depósito do FGTS;
  - d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
  - e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

XXVIII. Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o torne impróprio para o fim a que se destina.

XXIX. Ofender agentes públicos no exercício de suas funções.

XXX. Induzir a administração em erro;

XXXI. Deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXII. Compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXIII. Impossibilitar a fiscalização pelo **CONTRATANTE** quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

XXXIV. Apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento.

XXXV. Deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração.

XXXVI. Subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade.

XXXVII. Deixar de apresentar, no prazo do art. 96, §3º da Lei 14.133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia.

XXXVIII. Deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXXIX. Deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato.

XL. Deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência, que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

III. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital.

IV. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital.

VI. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXXIV e XXXV deste Edital.

VI. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;



VII. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar, que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I. Por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II. Por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I. Por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II. Por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III. Por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto Municipal n.º 3.246/24.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

10.1. O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da comarca de Bambuí–MG, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Prefeitura Municipal de Bambuí–MG, ---- de ----- de 2025.

_____ <b>Prefei</b>	
<b>to Municipal</b>	<b>CONTRATADA</b>
<b>CONTRATANTE</b>	